

O desmatamento e re/florestamento no Oeste de Santa Catarina nas décadas de 1960 e 1970

The deforestation and re/forestation in Western Santa Catarina in the 1960's and 1970's

Samira Peruchi Moretto*

Universidade Federal da Fronteira Sul
Chapecó, Santa Catarina, Brasil


Recebido em: 12 set. 2020.


Aprovado em: 16 out. 2020.



Este artigo é parte do resultado de pesquisas que contaram com o apoio financeiro através da concessão de bolsa de Iniciação Científica e recursos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

* Professora Adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus Chapecó, atuando no curso de Licenciatura em História e no Programa de Pós-graduação em História. Doutora, Mestre e graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: samiraperuchimoretto@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-5276-2512>

 <https://lattes.cnpq.br/0033743659222185>

Resumo

O Estado de Santa Catarina passou por diversas transformações ambientais, em sua maioria, provocadas pela antropização da paisagem. O desmatamento foi intensificado a partir da primeira metade do século XX, após o processo de ocupação da região e em função das atividades madeireiras. O objetivo deste artigo foi analisar algumas práticas de desmatamento e de reflorestamento, no Oeste de Santa Catarina, nas décadas de 1960 e 1970. Nos anos de 1950 e 1960 ocorreu o auge das atividades madeireiras no estado. Nos governos dos presidentes da ditadura civil militar foram aprovados via governos estadual e federal, projetos desenvolvimentistas, de cunho imediatistas, que acarretaram em grandes perdas ambientais. Na década seguinte, foram introduzidas práticas de reflorestamento, porém caracterizadas por serem realizadas através de monocultura de espécies florestais, por não estarem alinhadas às medidas de recomposição da flora original. Para atingir o objetivo proposto, as fontes utilizadas são: mapas, relatórios de governo, censos demográficos, os periódicos regionais e estaduais, iconografia, e a legislação federal. Visa-se, portanto, entender como ocorreu o processo de transformação da paisagem, e as medidas para conservação ou não dos ecossistemas envolvidos.

Palavras-chave: História Ambiental. Oeste Catarinense. Desmatamento. Reflorestamento.

Abstract

The State of Santa Catarina has undergone several environmental transformations, mostly caused by the anthropization of the landscape. Deforestation was intensified from the first half of the twentieth century, after the occupation of the region and due to logging activities. The objective of this article was to analyze some practices of deforestation and reforestation, in the West of Santa Catarina, in the 1960s and 1970s. In the 1950s and 1960s, occurred the peak of logging activities in the state. In the governments of the presidents of the military civil dictators, developmentalist projects, of an immediate nature, were approved via state and federal governments, which resulted in great environmental losses. In the following decade, reforestation practices were introduced, but characterized by being carried out through monoculture of forest species, as they are not aligned with the measures of recomposition of the original flora. To achieve the proposed objective, the sources used are: maps, government reports, demographic censuses, regional and state journals, iconography, and federal legislation. Therefore, the aim is to understand how the landscape transformation process occurred, and the measures for conservation or not of the ecosystems involved.

Keywords: Environmental History. Western Santa Catarina. Deforestation. Reforestation.

Introdução

Para compreender como as ações antrópicas no Oeste catarinense impactaram na transformação do meio ambiente e de forma mais intensa a partir do século XX, é necessário entender os motivos que impulsionaram o desmatamento, conseqüentemente, entender a composição da floresta local – que é coberta pelo bioma Mata Atlântica. O objetivo deste trabalho foi analisar as práticas de desmatamento e de florestamento, no Oeste de Santa Catarina, nas décadas de 1960 e 1970.

O Estado de Santa Catarina passou por diversas transformações ambientais, em sua maioria, provocadas pela antropização da paisagem. O desmatamento e o re/florestamento foram intensificados na primeira metade do século XX, após o processo de ocupação da região e em função das atividades madeireiras. A Mata de Araucária correspondia, no início do referido século, a 42,5% da vegetação do estado. Hoje, os remanescentes correspondem a 0,7% da mata original. Com o desmatamento houve uma redução do volume madeirável, e outras atividades econômicas, como agropecuária e monoculturas de árvores exóticas, se intensificaram. Tais processos geraram uma série de perdas irreparáveis ao meio ambiente. A floresta teve a sua extensão minimizada e sem possibilidade de auto recuperação ou reparação, em função dos usos da terra para a agricultura.

Os apontamentos acima citados legitimam as pesquisas dos historiadores e historiadoras ambientais – que vêm analisando as interações dos seres humanos com o meio natural. As transformações causadas pelos seres humanos são latentes e afetam o meio ambiente, como também os demais seres que fazem parte dos ecossistemas. Segundo Donald Worster, a História Ambiental tem como premissa:

aprofundar nossa compreensão de como os humanos têm sido afetados pelo seu ambiente natural através do tempo e, contrariamente e talvez de modo mais importante, na visão da insustentável situação global atual, como a ação humana afetou o meio ambiente e quais foram as suas conseqüências.¹

Esta premissa poderá ser diagnosticada e exemplificada, através do estudo apresentado no presente artigo.

As florestas, de modo geral, foram tema de diferentes pesquisas dentro da História Ambiental, no entanto, há muito ainda a ser investigado.² Nos dias atuais, a antropização das paisagens é bastante banalizada, dificultando o discernimento de onde as espécies são nativas,

¹ WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991, p. 199.

² Podemos citar alguns trabalhos de História Ambiental, onde os autores dedicaram seus estudos para entender as relações dos seres humanos, com áreas florestais, como: NODARI, Eunice; CARVALHO, Miguel M. X.; ZARTH, Paulo Afonso (Orgs.). *Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2018; CABRAL, D. C.; BUSTAMANTE, A. G. *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. Curitiba: Prismas, 2016; OLIVEIRA, R. R. *As marcas do homem na floresta: História Ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005; entre outros.

em particular quando se tratam de espécies vegetais de recomposição florestal. Por este motivo, estudar os espécimes vegetais significa compreender como aconteceram esses processos de antropização, entendendo também como os seres humanos se relacionam, direcionados por valores econômicos, com o mundo natural.

Apresentando a Floresta de Araucárias

O bioma Mata Atlântica, de acordo com o historiador Warren Dean, é um complexo florestal que abrangia originalmente cerca de um milhão de quilômetros quadrados, resultado de um processo de evolução que levou milhões de anos, retraindo ou expandindo seus limites de acordo com períodos glaciais ou de calor.³ As expansões ocorreram no sentido da costa para o interior, dependendo também do aumento da umidade no continente.⁴ Com o fim do último período glacial, a Mata Atlântica pode ter encontrado as melhores condições que favoreceram o seu crescimento, decorrente do aumento de chuvas e de temperatura.⁵ Desses complexos processos de formação originou-se uma floresta diversa, que possui em torno de 20.000 espécies vegetais, das quais 8.000 são endêmicas⁶ - abrigando uma grande diversidade de espécies animais e vegetais, mesmo quando comparada às outras florestas tropicais.⁷

Entre as diversas tipologias vegetais que compõem o bioma aqui citado, estão presentes a Floresta Ombrófila Mista (FOM) e a Floresta Estacional Decidual (FED), ambas sendo encontradas na região Oeste catarinense. A FOM ocorre em áreas de clima úmido, onde as temperaturas médias anuais são de 18°C, predominando em terrenos acima de 500-600 metros de altitude. A presença da araucária (*Araucaria angustifolia*) marca a fisionomia da FOM, e remete a outros nomes dados a esta composição, como: Floresta de Araucárias, Mata de Araucária, zona de pinhais, entre outros. Estima-se que a área ocupada pela Floresta Ombrófila Mista correspondia a 42.851,56 km², ou seja, 45% da superfície do estado. Atualmente, encontra-se reduzida a 24,4% da sua extensão original, o que corresponde a 13.741,3 km², 14,4% da área de Santa Catarina.⁸

A Floresta Estacional Decidual (FED) se desenvolve em áreas com maior ocorrência de chuva em volume, porém seguido por um longo período seco, com a presença de espécies caducifólias. Desta forma, esta formação é presente principalmente nas margens de rios e afluentes, como no caso da região estudada, os rios Peperi-guaçú, das Antas, Chapecó e Irani.

³ DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 25.

⁴ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Biomass e sistemas costeiro-marinho do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019, p. 153.

⁵ DEAN, Warren. *A ferro e fogo... Op. cit.*, p. 37.

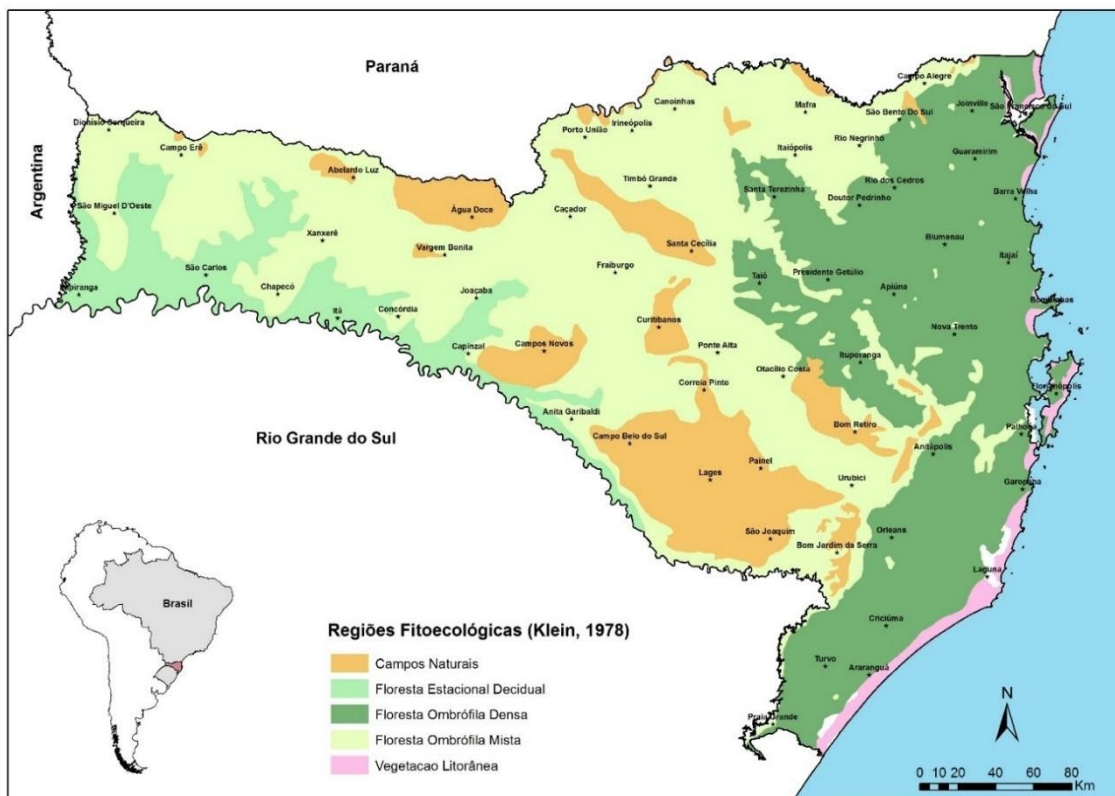
⁶ GIULIETTI, Ana Maria *et al.* Biodiversidade e conservação das plantas no Brasil. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, jul. 2005, p. 53.

⁷ DEAN, Warren. *A ferro e fogo... Op. cit.*, p. 25.

⁸ VIBRANS, Alexandre Christian *et al.* Extensão original e atual da cobertura florestal de Santa Catarina. In: VIBRANS, Alexandre Christian *et al.* (Eds.). *Diversidade e conservação dos remanescentes florestais*. Vol. 1. Blumenau, SC: Edifurb, 2012, p. 67.

Entre as espécies que compõe a FED, podemos citar, por exemplo, o cedro (*Cedrela fissilis*), o angico (*Parapiptadenia rigida*) e outras. Estima-se que sua extensão original no estado correspondia a 7.670,57 km², correspondente a 8% da superfície catarinense.⁹ A localização das fitofisionomias encontradas no estado de Santa Catarina pode ser observada no mapa abaixo.

Mapa 1 – Regiões fitoecológicas de Santa Catarina.



Fonte: *Inventário Florístico Florestal de Santa Catarina*. Disponível em: <https://www.iff.sc.gov.br/mapas>. Acesso em: 4 set. 2020.

Este cenário, composto pelas variedades florestais da região, favoreceu a instalação da indústria madeireira, a qual movimentou significativamente a economia do estado no período. Além da extração da madeira destinada para comercialização, as áreas de floresta também eram derrubadas com o objetivo de ceder espaço para as atividades agrícolas. Com isso, a cobertura vegetal da região sofreu significativa alteração, havendo uma descaracterização da floresta original no local.

⁹ Existem variantes desses dados. Ver: Revisão da reserva da biosfera de Mata Atlântica – Fase VI/2008. Parte 3: Detalhamento da proposta por Região e Estados. SANTA CATARINA. Publicado em: [S. d.]. Disponível em: http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_06_estados_sc.asp Acesso em: 4 set. 2020.

“Sabe o que este pinheiro está dizendo?”: me salve do desmatamento¹⁰

A presença das fitofisionomias da FOM e da FED no Oeste catarinense foi um dos fatores preponderantes para a presença da indústria madeireira na região. Agregava-se valor econômico à vegetação que compões essas fitofisionomias - como apresentado na *Revista Brasileira de Geografia* do ano de 1942: “Os pinheirais são as únicas florestas no Brasil exploradas economicamente, quanto à produção de madeira em larga escala, e a presença da imbuia e da erva-mate aumenta-lhes o valor”.¹¹

O serviço de derrubadas das florestas era realizado pelas famílias ou pelas companhias colonizadoras, que foram responsáveis pela venda de muitos lotes em diversas comunidades da região. As Companhias colonizadores desempenharam um importante papel na ocupação do Oeste do estado de Santa Catarina. Eles compravam o terreno, que antes pertenciam ao estado, faziam o loteamento e revendiam em formado de lotes. Muitos dos migrantes que vieram para esta região eram oriundos de colônias no Rio Grande do Sul, que vieram em busca de novas terras para prática de agricultura.¹² A presença das árvores com alto potencial de exploração motivou que fossem instaladas primeiramente pequenas serrarias, e posteriormente, as madeireiras. Um dos maiores empecilhos encontrados pelos donos das serrarias e madeireiras, era a falta de via para escoarem os produtos advindos do corte das árvores.

Porém, a falta de estradas foi suprida pela presença do rio. Construíam-se balsas, com as toras de madeira, que desciam via Rio Uruguai. Conforme Eli Bellani, esse tipo de transporte não se constituía numa alternativa no período intensivo da colonização, mas sim, era o único existente.¹³ As balsas chegavam aos compradores que estavam além da fronteira nacional, na Argentina. A possibilidade de escoar o produto e a grande quantidade de área florestal possibilitaram o aumento do número de serrarias, em todo o estado. Em 1947, das 2.250 serrarias existentes em Santa Catarina, 736 faziam o corte de madeiras de pinheiro, sendo que dessas, 115 estavam localizadas em Chapecó.¹⁴

Além da extração da madeira destinada para comercialização, as matas também foram derrubadas com o objetivo de ceder espaço para a agricultura e a pecuária, fato que ficou conhecido como limpeza das matas. Ao longo do tempo, a extração vegetal foi intensificada - conforme novas tecnologias foram inseridas na atividade madeireira. O ápice da exploração na FED ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, quando a utilização da motosserra se mostrou

¹⁰ Sabe o que este pinheiro está dizendo? *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano V, n. 160, 10 ago. 1968, p. 8.

¹¹ *Pinhal*. *Revista Brasileira de Geografia*, jan.-mar. 1942. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n1.pdf. Acesso em: jan. 2018.

¹² Para entender o processo de ocupação da região de Chapecó, vide: CARBONERA, Miriam *et al.* *Chapecó 100 anos*. Chapecó, SC: Argos, 2018.

¹³ O período chamado de intensa colonização do Oeste de Santa Catarina, ocorreu na primeira metade do século XX. BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai - 1917-1950*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1991, p. 201.

¹⁴ NODARI, Eunice Sueli. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, José Luiz de Andrade *et al.* (Orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012, p. 255.

um facilitador para a derrubada das árvores.¹⁵ As melhorias e construção de novas estradas também contribuíram para o escoamento da produção.

Mesmo com o escoamento da madeira via rio, o setor madeireiro manifestava insatisfação com a falta de vias de rodagem, assim como com o alto valor cobrado pelo estado, através dos impostos estaduais. Justificavam que os impostos deveriam ser reduzidos, por ser um setor que gastava muito para deslocarem seus produtos. Em maio de 1968, grupos de madeireiros do Oeste impetraram mandado de segurança contra a pauta tributária incidente sobre a madeira em Santa Catarina, acusando que:

Provam com demonstrativos estatísticos que uma serraria de capacidade média, produzindo cerca de 300 dúzias de madeira por mês, fatura cerca de 10 mil cruzeiros novos, mas, em contrapartida paga, mensalmente, cêrca de 1300 cruzeiros novos de salários, paga mais de 1800 cruzeiros novos de ICM, mais de 430 cruzeiros novos no INPS, mais de 100 cruzeiros novos em fundo de garantia e mais de 1200 cruzeiros novos para transportar a madeira em distância de 100 Km, para encontrar mercado.¹⁶

Por essas dificuldades, as vias de rodagem eram assuntos frequentemente abordados pelos empresários e produtores do Oeste catarinense. A necessidade de construção e melhoria nas vias estava no topo das necessidades para suprir diversos setores. Em matéria publicada no jornal *Folha d'Oeste*, em 1968, era trazida a promessa de que a rodovia BR-282 passaria por melhorias, que incluíam o asfaltamento de diversos trechos que ainda eram de estrada de chão batido. Na matéria fazia-se uma analogia da BR-282 ser a espinha dorsal de Santa Catarina, com a extensão de 650 km - ligando Florianópolis a São Miguel d'Oeste. Junto da matéria havia uma figura bastante peculiar, onde o desenho da rodovia aparecia interceptado por indicativos de quais as produções seriam beneficiadas com as melhorias das vias. Ligados a região do Oeste, estavam abóbora, arroz, fumo, trigo, milho, erva-mate, madeiras e suínos.¹⁷ Em outra matéria, a madeira aparecia em destaque juntamente dos gêneros ligados à agroindústria - como sendo os produtos com alta porcentagem de produção local. No ano de 1969, a extração vegetal representava "38,2% do valor da produção oestina".¹⁸

A intensa atividade madeireira estava vinculada a incentivos de diversas ordens, mas cabe colocar em destaque os protagonismos por parte de agências governamentais federais. No período da ditadura civil militar (1964-1985), motivados por preceitos desenvolvimentistas, os governantes preconizavam mais uma era de incentivos para o uso descomedido dos recursos naturais. Assim, o desenvolvimento econômico, tão almejado pelos militares, foi colocado à frente da conservação dos recursos naturais. O Código Florestal de 1965 só veio a reforçar a ideia de que o meio ambiente era secundário e precisava ser sacrificado em prol do

¹⁵ NODARI, Eunice Sueli. "Mata Branca": o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2012, p. 35-53.

¹⁶ São Miguel d'Oeste associa-se ao desejo de derrubar a pauta do tributo sobre madeira. *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano V, n. 149, 25 maio 1968, p. 1.

¹⁷ Por que a BR-282 é a Rodovia da integração Catarinense. *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano IV, n. 137, 24 fev. 1968, p. 1.

¹⁸ Madeireiros Farão Reflorestamento Obrigatório. *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano VI, n. 194, 19 abr. 1969, p. 1.

desenvolvimento econômico. Nesta mesma década, foi extinto o Instituto Nacional do Pinho, que foi substituído pela criação do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

O IBDF era entidade autárquica, integrante da administração descentralizada do Ministério da Agricultura dotado de personalidade jurídica própria com sede e foro no Distrito Federal e jurisdição em todo o Território Nacional. Tinha como principal objetivo “formular a política florestal bem como a orientar, coordenar e executar ou fazer executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do país”.¹⁹

Dois anos após a sua criação, o IBDF cumpria suas funções e elevava os números dos ganhos obtidos pela indústria madeireira no estado de Santa Catarina. Em entrevista cedida pelo General Silvio Pinto da Luz, presidente do órgão em 1969, apontava dados de que 80% do movimento dos quatro portos catarinenses era em função da atividade madeireira, assim como, elegeu o setor como “a grande alavanca que pode impulsionar rapidamente o desenvolvimento de Santa Catarina”.²⁰ Na sequência afirmava que o Brasil poderia se transformar no maior exportador de madeira do mundo, com a implantação de um projeto de pesquisa florestal, que seria executado com recursos do Governo Federal brasileiro e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Juntamente desta informação, assinalou que o movimento de exportação de madeiras no Brasil experimentava um crescimento sem precedentes, lembrando que o total de divisas obtido com a coletividade passou de 36 milhões de dólares em 1964 para 68 milhões - em 1968. Apontando que o estado de Santa Catarina foi responsável por 26.100 dólares desse total, e poderia alcançar um grande recorde no corrente ano, uma vez que, somente nos primeiros 25 dias de março exportou 2.200 dólares de madeira.²¹

As atividades do IBDF eram acompanhadas pelos donos de madeiras da região Oeste do estado. Era comum estarem presentes nas folhas de jornais locais as portarias ou decretos promulgados por este órgão. Em 1969, quando o presidente do IBDF veio até o município de Chapecó, “a capital do Oeste”, foi recebido com “expressiva homenagem”, com direito a carreata e jantar organizado pelo Sindicato dos madeireiros do Rio Uruguai, acompanhado de quase todos os prefeitos dos municípios da região.²² O presidente do IBDF – General Silvio Pinto da Luz – fez uma fala na ocasião e descreveu “seu carinho pelas florestas, pela fauna e demais recursos renováveis ou não, acentuando estar neste setor a verdadeira riqueza do país”, afirmando que o Brasil em breve seria responsável pelo abastecimento de madeira de grande parte do mundo.²³

¹⁹ BRASIL. Decreto-Lei n.º 289, de 28 de fevereiro de 1967.

²⁰ IBDF já plantou mais de 480 milhões de árvores e vai a um milhão. *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano VI, n. 192, 5 abr. 1969, p. 8.

²¹ *Idem*.

²² Expressiva homenagem recebeu o Presidente do IBDF. *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano VI, n. 205, 5 jul. 1969, p. 1.

²³ *Ibidem*, p. 2.

Os incentivos e a atuação do IBDF eram catalisadores do processo de desmatamento, que crescia cada vez mais. Apesar dos expressivos números e das visíveis perdas, eram raras as manifestações em prol da conservação ou que incentivassem as práticas de florestamento para recomposição da floresta. A reportagem publicada no jornal *Folha d'Oeste*, em maio de 1970, aborda de forma sutil os problemas relacionados à composição florestal causados pelo desmatamento, porém, enfoca os problemas de mal-uso das madeiras e empobrecimento do solo. A matéria intitulada "Precisamos salvar as terras mais férteis do estado", afirmava que:

As terras do Oeste Catarinense eram, originariamente cobertas por densas matas que pouco a pouco foram sendo derrubadas com finalidade do aproveitamento da madeira e outras vezes para dar lugar, as novas lavouras. E ao se despir a terra de sua vestimenta natural, a condenamos a uma destruição lenta mas implacável, principalmente em nosso caso particular, onde três fatores aliam se para tornar o problema ainda mais grave. São eles: - Alta declividade dos terrenos, - Alta precipitação pluviométrica, - Desconhecimento das técnicas de Conservação do Solo [...].²⁴

Ao analisar as matérias de jornais é importante levar em consideração informações que nos levam a compreender o contexto da época e as ligações de diferentes esferas de poderes imbricadas por trás dos editoriais, como chama a atenção Tania Regina de Luca.²⁵ As matérias de jornais que ganhavam destaque nos periódicos do Oeste catarinense reluziam a necessidade de investir no setor madeireiro, indo ao encontro dos interesses das elites e detentores de companhias madeireiras. No final da década de 1960 e na década de 1970, as informações eram atreladas aos aspectos maciçamente econômicos, sem compromisso com as questões conservacionistas ou preservacionista.

Não fugindo a esta vertente, a única matéria publicada no jornal *Folha d'Oeste* em 1970 que fazia uma crítica mais acirrada ao desmatamento e se colocava a favor da conservação da floresta de araucária, era uma peça publicitária que trazia a imagem de uma araucária e tinha como título: "Sabe o que este pinheiro está dizendo?". No corpo da matéria, informava que:

Este pinheiro acha que o fato de ser uma árvore das mais altas que existem nas nossas florestas, não é motivo para que o homem promova a derrubada coletiva da espécie. Ele estava, há muito, desejando que surgisse uma maneira de salvá-lo do machado e do serrote. Para isso, ele cresceu e ergueu os braços em direção aos céus.²⁶

Como desfecho da fatídica história do pinheiro que estava de braços abertos para pedir socorro, surge na matéria a solução para desmatamento: "o bloco de concreto que substituiu, além da madeira, o tijolo também. E com enormes vantagens financeiras. Então o brasileiro inteligente, que gosta de economizar e cooperar com as reservas florestais, passou a usar os blocos de concreto na edificação".²⁷ A propaganda, como se pode perceber era de uma

²⁴ Precisamos salvar as terras mais férteis do estado. *Folha d'Oeste*. Chapecó (SC), ano VII, n. 243, 25 abr. 1970, p. 1.

²⁵ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 140.

²⁶ Sabe o que este pinheiro está dizendo? *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano V, n. 160, 10 ago. 1968, p. 8.

²⁷ *Idem*.

empresa de blocos e artefatos de cimento – concorrente direita da indústria madeireira voltada para a construção.

As matérias e propaganda das atividades madeireiras no Oeste alimentavam a ideia de que o setor trazia prosperidade pelos lucros que ele gerava. As preocupações ambientais não apareciam como o foco dentre as notícias da região. Assim, pode-se afirmar que a publicidade em torno de ideais preservacionistas e conservacionista nos jornais do Oeste Catarinense, nas décadas de 1960 e 1970, eram praticamente inexistentes.

Parodiando uma ode à araucária, foi publicado no dia da árvore de 1968 um poema de autoria de Olga Pissetti. Como personagem principal, aparecia a araucária narrada como uma heroína, que servia a sua pátria. Na matéria comemorativa, a derrubada da floresta foi comparada a um filme de terror, porém, o desfecho foi poético e como de um belo filme do gênero dramático, mas com final feliz, pelas explicações apresentadas no final. Após descreverem de forma dramática da derrubada ao processamento da araucária, a matéria dizia que “o pinheiro se reduziu apenas a tronco. Tronco que será levado a uma serraria, transformado em tábuas e, posteriormente, convertido em força ativa do progresso brasileiro: casas de moradia, escolas, hospitais, oficinas, etc.”.²⁸ No final, tanto quanto poético, o desfecho: “é a árvore servindo. Servindo sempre”.²⁹

Assim, deram-se décadas de exploração dos recursos naturais – que levaram a transformações drásticas na paisagem da região. Warren Dean avalia a destruição de florestas tropicais como irreversíveis, uma vez que “quando uma floresta tropical é destruída, a perda em termos de diversidade, complexidade e originalidade não é apenas maior que a de outros ecossistemas: é incalculável”.³⁰

A destruição da floresta se tornou um problema a ser solucionado. Por conta da intensa atividade madeireira, dos incentivos às práticas de desmatamento, a década de 1970 foi marcada pelo início da escassez das florestas nativas no Oeste do estado de Santa Catarina. Como a atividade movimentava economia da região, a diminuição considerável das florestas se tornou uma preocupação, não apenas dos proprietários e empregados no setor, mas também para os governantes. A ausência da floresta nativa possibilitou ampliação das áreas destinadas à agricultura e criação de animais, porém, agravaram-se os problemas ambientais.³¹

Foi durante esse período que houve o crescimento das atividades agropecuárias podendo ser considerado como a gênese da atual agroindústria no Oeste de Santa Catarina – que surgiram também as práticas de florestamento na região. Porém, tais práticas não foram realizadas em sua grande maioria para recomposição da flora destruída, mas sim, foram

²⁸ PISSETTI, Olga. Murrúrios do Caminho: 21 de setembro: dia da árvore. *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano V, n. 166, 21 set. 1968, p. 3.

²⁹ *Idem*.

³⁰ DEAN, Warren. *A ferro e fogo... Op. cit.*, p. 23.

³¹ Cf.: MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. *Tempo e Argumento*, v. 11, p. 229-254, 2019.

implementadas espécies vegetais exóticas, para suprirem a falta de matéria prima destinada à indústria madeireira.

“Re”florestar: a introdução de espécies exóticas

As práticas de plantação de monocultura voltadas para a exploração, não foram medidas isoladas e presentes somente no Oeste de Santa Catarina.³² Projetos governamentais, de empresas privadas e de proprietários de áreas particulares, foram sendo desenvolvidos em todo o século XX, em especial após a década de 1970 - muitas vezes sem avaliarem os problemas ambientais que tais medidas poderiam causar. Paralelo ao processo de desmatamento, o reflorestamento cumpriu diferentes papéis no estado de Santa Catarina, dependendo da data, local e principalmente da forma que era desenvolvido.

Quando se fala em reflorestamento, há uma ideia recorrente de que reflorestar é benéfico e corrobora com práticas sustentáveis. Porém, existem questões bastante complexas que vêm atreladas ao verbo replantar ou reflorestar. Quando se observa no dicionário o prefixo “re”, tem-se o seguinte significado: “Elemento designativo de repetição; ação repetida ou retroativa”;³³ ou seja, quando aplicado ao verbo florestar conota-se a recomposição da floresta que havia antes. Porém, não foi dessa forma que o reflorestamento foi praticado nas décadas de 1960 e 1970, em Santa Catarina. O reflorestamento foi executado em uma área onde foi desmatada, porém sem compromisso na recomposição da floresta nativa, foi em grande parte reflorestamento monocultor com plantas exóticas – causando mais danos aos ecossistemas já degradados.

Tais práticas estavam quase em sua totalidade atreladas diretamente à necessidade de atender ao setor madeireiro. Desta forma, foram décadas nas quais as principais preocupações por parte dos governantes, em relação às áreas florestais, restringiam-se a questões em prol da continuidade da ascensão econômica que tinha como força motriz o setor madeireiro. A título de exemplo desta conduta sem compromisso de preservação ambiental, pode-se citar a fala do governador Adolpho Konder, em 1927. Mesmo sendo anterior ao período estudado, ilustra a postura de muitos governantes com relação aos recursos florestais da região. Na fala, o governador apresenta-se preocupado com a forma predatória da extração da madeira, porém, o que lhe causava preocupação não era conservação das florestas, mas sim, que o

³² Para mais informações sobre a introdução de espécies exóticas em Santa Catarina, ver: MORETTO, S. P.; NODARI, E. S.; KLAUCK, A. G. Degradação Silenciosa: a plantação de árvores exóticas no Parque do Rio Vermelho. In: NODARI, Eunice Sueli; LOPES, Alfredo Ricardo Silva; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio (Orgs.). *Desastres Socioambientais em Santa Catarina*. Vol. 1. São Leopoldo: Oikos, 2015; MORETTO, Samira Peruchi. *Remontando a floresta: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960-1990)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis; SALINI, Ademir Miguel. *Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó (SC).

³³ Prefixo “re”. *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. 2008-2020. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/re>. Acesso em: 9 set. 2020.

desmatamento estava ameaçando o aproveitamento total dos derivados desta indústria, afirmando que:

A previdência em matéria florestal foi sempre uma necessidade, na qual não podem prescindir os governos bem-intencionados. Mas pelas consequências econômicas para o nosso Estado, onde a anseia de extrair madeiras não escolhe processos adequados, não pode este grave problema permanecer desprovido de uma regulamentação que corresponda a magnitude de sua importância.³⁴

Anos depois, no governo ditatorial do presidente do Emílio Médici foi aprovado o regulamento da Lei n.º 5.106, de 2 de setembro de 1966,³⁵ e do Decreto-Lei n.º 68.565, de 29 de abril de 1971, que dispunha sobre os incentivos fiscais para o desenvolvimento florestal no país. O decreto especificava os casos de apoio financeiro disponibilizado pela União para o florestamento e reflorestamento no país. Voltado para os empreendimentos florestais que poderiam “servir de base à exploração econômica, à conservação do solo e dos regimes das águas”, colocava-se as seguintes proposições: “§ 2º Os projetos de empreendimentos florestais deverão ser submetidos, previamente, ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal- IBDF, a fim de poderem ser considerados como aptos a receber incentivos fiscais”.³⁶ No segundo artigo delimitava quem poderia ser beneficiado com esses incentivos, que variava de pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no país.³⁷

O Decreto 68.565 estipulava a quantia de árvores nativas que deveriam ser plantadas, nenhum projeto poderia ser aprovado se não previsse um “programa de plantio mínimo de 1% (um por cento) de essências típicas da região especialmente valiosas [...] empreendimentos florestais de que trata este Regulamento poderão ser feitos com essências florestais árvores frutíferas, ou de grande porte”.³⁸ No Art. 4º, estipulava-se a quantidade mínima de árvores que deveriam ser plantadas para que tivessem o projeto aprovado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, compreendendo um plantio anual mínimo de 10.000 (dez mil) árvores. Desta forma, levando em consideração o decreto, se fossem plantadas dez mil árvores, apenas cem deveriam por obrigatoriedade ser nativas e de grande porte. Assim, não haveria uma recomposição florestal, o ecossistema estaria ainda prejudicado, por falta de espécies que poderiam servir de alimento para a fauna, ou para comporem a biota diversa que faziam parte daquele bioma.

Destarte, impulsionadas pela publicação do Decreto cresceram as áreas com o plantio de espécies exóticas. Dentre as espécies escolhidas, apareciam em maior número no estado de Santa Catarina, o *Pinus spp* e o *Eucalyptus spp* - preferíveis não pelo seu valor comercial – que era inferior comparado com o da madeira extraída das araucárias e imbuías nativas - mas sim por sua maturidade precoce comparada a essas espécies. O *Pinus spp* e o *Eucalyptus spp* quando plantados em solos onde antes haviam a FOM e a FED, atingem a idade adulta até

³⁴ ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA (APESC). Mensagem apresentada ao Congresso pelo Doutor Adolpho Konder, julho de 1927. [S. n. t.].

³⁵ BRASIL. Lei n.º 5.106, de 2 de setembro de 1966.

³⁶ BRASIL. Decreto n.º 68.565, de 29 de abril de 1971.

³⁷ *Idem*.

³⁸ *Idem*.

cinco vezes mais rápido do que nos locais onde são nativos.³⁹ Desta forma, os projetos de florestamento, que eram na realidade o plantio de monoculturas, estavam alinhados com os projetos imediatistas e ao desenvolvimento do “milagre econômico” propostos no período da ditadura civil militar.⁴⁰ Além disso, o período foi marcado pela modernização da agricultura, que se estendia à silvicultura, com a importação de maquinários e a redução de trabalhadores empregados em ambos os setores.⁴¹ As serrarias e madeireiras passaram por um processo de adaptação, como a mudança das ferramentas utilizadas, uma vez que as espécies exóticas introduzidas não tinham as mesmas características e precisavam de diferente forma de manuseio. Com o aumento dessas espécies, houve também o processo de convencimento da importância do uso das mesmas, uma vez que a resistência e durabilidades das espécies introduzidas eram inferiores às nativas. A escassez dos recursos advindos da floresta nativa e o rápido desenvolvimento das exóticas foram argumentos bastante convincentes.⁴² Através dos dados do censo agropecuário da década de 1970, pode-se observar o aumento no número de espécies exóticas plantadas no estado de Santa Catarina. Levando em consideração que o Decreto 68.565 entrou em vigor em 1971, na **Tabela 1**, estão relacionados os anos de 1970 e 1975, para poder fazer um comparativo de antes e após o decreto.⁴³

Tabela 1 - Relação do total de árvores no estado de Santa Catarina.

Ano	Espécie	Informantes	Quantidade de árvores
1970	Araucária	1.004	16.519.000
	Pinus	1.571	132.460.000
	Eucalipto	7.001	34.942.000
1975	Araucária (nativa)	36.894	18.051.000
	Araucária (plantada)	6.525	32.033.000
	Pinus	3.351	297.486.000
	Eucalipto	12.204	55.084.000

Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário Santa Catarina*. VIII Recenseamento geral – 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1975; IBGE. *Censo Agropecuário Santa Catarina*. Censos econômicos de 1975. Rio de Janeiro, IBGE: 1979. Elaborado pela autora.

³⁹ FLORIANI, Guilherme dos Santos. *História Florestal e Sócio-Lógica do uso do solo na Região dos Campos de Lages no século XX*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências do Solo) - Centro de Ciências Agroveterinárias, Universidade do Estado de Santa Catarina, lages (SC), p. 150.

⁴⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. *A ditadura que mudou o Brasil – 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, p. 77.

⁴¹ KLEIN, Herbert S; LUNA, Francisco Vidal. *Alimentando o mundo: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV Ed.; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2020, p. 69.

⁴² MORETTO, Samira Peruchi. *Remontando a floresta... Op. cit.*, p. 208.

⁴³ IBGE. *Censo Agropecuário Santa Catarina*. VIII Recenseamento geral – 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1975; IBGE. *Censo Agropecuário Santa Catarina*. Censos econômicos de 1975. Rio de Janeiro: IBGE, 1979.

Duas informações chamam à atenção nos dados apresentados na **Tabela 1**. Primeiro, o aumento da introdução das espécies exóticas. Segundo, a quantidade dessas espécies, frente a presença da araucária – espécie nativa. Na **Tabela 2** são apresentados os mesmos dados, mas com relação à região Oeste de Santa Catarina.

Tabela 02 - Relação de árvores existentes no oeste catarinense, década de 1970.

Ano	Espécie	Informantes	Quantidade de árvores
1970	Araucária	167	1.088.000
	Pinus	190	5.468.000
	Eucalipto	562	942.000
1975	Araucária (nativa)	6.196	575.000
	Araucária (plantada)	3.454	2.536.000
	Pinus	689	7.864.000
	Eucalipto	1.739	1.697.000

Fonte: IBGE. *Censo Agropecuário Santa Catarina*. VIII Recenseamento geral – 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1975; IBGE. *Censo Agropecuário Santa Catarina*. Censos econômicos de 1975. Rio de Janeiro, IBGE: 1979. Elaborado pela autora.

Cabe ressaltar que não se sabe o número de não declarantes e o quanto eles representam em porcentagem dos dados finais apresentados nos censos agropecuários aqui descritos. Analisando os dados da **Tabela 1** e da **Tabela 2**, verifica-se que em 1970, as araucárias nativas presentes no Oeste do estado, representavam 6,5%; já em 1975, esse número caiu para 3%. Observando a **Tabela 2**, houve um aumento expressivo de informantes sobre os dados relativos ao Oeste, em 1975. Outra informação que cabe destaque é que as araucárias (plantadas e nativas) do Oeste de Santa Catarina apresentadas no censo de 1975, representavam apenas um terço da plantação de *Pinus spp*. Assim, essa espécie foi se alastrando e ganhando espaço. No início dos anos 2000, o *Pinus spp* ocupava a segunda maior área de florestas exóticas plantadas no Brasil, sendo superada apenas pelo *Eucalyptus spp*.⁴⁴

O *Pinus spp* além de ser uma espécie exótica - por não ser endêmica/nativa desse país, tem aspectos que permitem que ele se torne um potencial invasor. As espécies vegetais exóticas invasoras apresentam, de modo geral, algumas características em comum, como a alta taxa de crescimento, grande produção de sementes pequenas e de fácil dispersão, alta longevidade das sementes no solo, alta taxa de germinação dessas sementes, maturação precoce das plantas já estabelecidas, floração e frutificação mais prolongadas, alto potencial reprodutivo por brotação, pioneirismo, alelopatia e ausência de inimigos.⁴⁵

⁴⁴ TEIXEIRA, Althen Filho. *Eucaliptais*. Qual Rio Grande do Sul desejamos? Pelotas, RS: Design Editorial Valder Valeirão, p. 271.

⁴⁵ PARKER, I. M *et al*. Impact: toward a framework for understanding the ecological effects of invaders. *Biological Invasions*, n. 1, p. 3-19, 1999.

Assim, as práticas de florestamentos no Oeste do estado de Santa Catarina podem ser avaliadas como sendo realizadas para suprirem o setor madeiro e não para a recomposição da mata nativa. Esse modo de florestar sem dar prioridade a espécies nativas, além de não ser um real reflorestamento, é extremamente prejudicial ao meio ambiente e aos seres que o circundam. Quando uma floresta tropical é reflorestada com espécies nativas, sua biodiversidade nunca mais voltará a ser a mesma, após muitas décadas de evolução do ambiente, pode-se ali ser restabelecida uma floresta. Entretanto, tanto a fauna quanto a flora serão diferenciadas do ecossistema pioneiro daquele ambiente. Desta forma, é absolutamente impossível “recuperar uma floresta perdida pelo desmatamento. Estas comunidades evoluíram por milhares de anos para estruturar a situação primitiva. Quando a área é reflorestada, uma nova história natural se inicia”.⁴⁶

Um dos maiores problemas apresentados pelo reflorestamento é que sua prática é feita com espécies exóticas, onde são plantados vários hectares de floresta homogênea. Essas florestas homogêneas ou “plantações florestais” abrigam uma única espécie que não prolifera a diversidade como uma mata tropical, mas são preferíveis pelo seu rápido crescimento. A homogeneidade da vegetação é inversamente proporcional à diversidade da fauna em áreas florestais.⁴⁷

Os projetos de replantio florestal impulsionados pela legislação e com apoio federal desenvolvidos no final da década de 1960 e 1970, não avaliavam o impacto que teriam ao meio ambiente, ou ignoravam tais dados.⁴⁸ Segundo Warren Dean, durante a década de 1970, a escala e a velocidade dos projetos de desenvolvimento do governo militar atingiram um clímax que não resultou apenas na crise econômica, mas também em “uma tempestade conjunta de desastres ambientais, desacreditando sua propalada preocupação com a segurança nacional”.⁴⁹

Considerações finais

O aumento das serrarias e madeireiras na região Oeste de Santa Catarina caminhou em paralelo à diminuição das áreas florestais. O desmatamento das florestas nativas representou, também, menor número de matéria prima e a necessidade de se buscar possibilidades de ganhos através de outras atividades. A terra ocupada pela floresta era fértil e favorecia à agricultura, o que propiciou a gênese da agroindústria que ocupa a região.

⁴⁶ ALMEIDA, Álvaro Fernando de. Interdependência das florestas plantadas com a fauna silvestre. *Série Técnica IPEF*, Piracicaba (SP), v. 10, n. 29, p. 36–44, 1996, p. 41.

⁴⁷ O termo “plantações florestais”, utilizado pelo engenheiro agrônomo Walter de Paula Lima, é definido como formação de uma floresta a partir da regeneração artificial e utilizado principalmente para fins industriais. LIMA, Walter de Paula. *Impacto Ambiental do Eucalipto*. São Paulo: EdUSP, 1993. p. 33.

⁴⁸ Além do Decreto n.º 68.565, de 29 de abril de 1971, ressalta-se que outras legislações atuaram, contribuindo para a prática de florestamento com espécies exóticas, como o *Código Florestal* (BRASIL. Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965) e o decreto-lei de criação do Instituto Florestal (SÃO PAULO. Decreto-Lei n.º. 52.370, de 26 de janeiro de 1970).

⁴⁹ DEAN, Warren. *A ferro e fogo... Op. cit.*, p. 307.

Por outro lado, pensando em suprir as necessidades do setor madeireiro, foram introduzidas outras espécies vegetais na região, muitas vezes exóticas - especialmente o *Pinus spp*, no lugar da mata nativa - da FOM e da FED. No entanto, o florestamento com espécies homogêneas é apenas ideologicamente convincente em certos contextos, uma vez que gera uma forma de confusão ao público, afinal o plantio de florestas homogêneas, como *Pinus spp* e eucalipto, são na realidade uma monocultura.⁵⁰ A monocultura de árvores não pode ser considerada floresta por não caracterizar um nicho biológico. Infelizmente, as terminologias errôneas ganharam terreno para suavizar a percepção negativa das monoculturas arbóreas.

No entanto, esse ganho é em última análise uma grande perda para o ecossistema. O *Pinus spp* embora tenha proporcionado produtividade, tem provocado preocupante redução da biodiversidade e desaparecimento da fauna silvestre em muitas áreas. Tanto as agriculturas modernas, como a silvicultura moderna, tendem a optar por plantações homogêneas, visando a produção em larga escala.⁵¹ Lamentavelmente, tais práticas, voltadas apenas para os ganhos econômicos, continuam sendo subsidiadas pelo governo.

Os atrativos financeiros gerados com o plantio de floresta homogênea, com espécies exóticas, superaram durante muitas décadas os reflorestamentos com espécies nativas. Analisar as transformações da paisagem que ocorreram no Oeste a partir do desmatamento e florestamento auxilia na compreensão de como vem se constituindo a relação dos variados grupos sociais com o meio natural - uma das premissas da disciplina da História Ambiental. Tais estudos poderão servir como base para análises de medidas de futuras preservação/conservação e manejo sustentável dos ecossistemas.

⁵⁰ DEAN, Warren. *A ferro e fogo... Op. cit.*, p. 330.

⁵¹ A silvicultura tem diferentes conceitos, mas na atualidade é em grande maioria considerada o estudo do aproveitamento, exploração e manutenção racional das florestas, criação e o desenvolvimento de povoação florestal com intuito comercial, podendo-se assim, criar uma floresta ou determinadas espécies de plantas, com o interesse ecológico, científico, econômico e social. Cf.: Silvicultura. (Verbetes). *Portal Biossistemas*. (Site). Disponível em: <http://www.usp.br/portalbiossistemas/?p=7927>. Acesso em: 18 ago. 2020.

Referências

Fontes

Documentos de Arquivo

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. KONDER, Adolpho. Mensagem apresentada ao Congresso pelo Doutor Adolpho Konder, julho de 1927. [S. n. t.].

Documentos Oficiais

Legislação

BRASIL. Decreto n.º 68.565, de 29 de abril de 1971.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 289, de 28 de fevereiro de 1967.

BRASIL. Lei n.º 4.771, de 15 de setembro de 1965.

BRASIL. Lei n.º 5.106, de 2 de setembro de 1966.

SÃO PAULO. Decreto-Lei n.º. 52.370, de 26 de janeiro de 1970.

Censo Demográfico

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário Santa Catarina*. VIII Recenseamento geral – 1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Agropecuário Santa Catarina*. Censos econômicos de 1975. Rio de Janeiro, IBGE: 1979.

Periódicos Impressos

Expressiva homenagem recebeu o Presidente do IBDF. *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano VI, n. 205, p. 1-2, 5 jul. 1969.

IBDF já plantou mais de 480 milhões de árvores e vai a um milhão. *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano VI, n. 192, p. 8, 5 abr. 1969.

Madeireiros Farão Reflorestamento Obrigatório. *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano VI, n. 194, p. 1, 19 abr. 1969.

PISSETTI, Olga. Murmúrios do Caminho: 21 de setembro: dia da árvore. *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano V, n. 166, p. 3, 21 set. 1968.

Por que a BR-282 é a Rodovia da integração Catarinense. *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano IV, n. 137, p. 1, 24 fev. 1968.

Precisamos salvar as terras mais férteis do estado. *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano VII, n. 243, p. 1, 25 abr. 1970.

Sabe o que este pinheiro está dizendo? *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano V, n. 160, p. 8, 10 ago. 1968.

São Miguel d'Oeste associa-se ao desejo de derrubar a pauta do tributo sobre madeira. *Folha d'Oeste*, Chapecó (SC), ano V, n. 149, p. 1, 25 maio 1968.

Bibliografia

- ALMEIDA, Álvaro Fernando de. Interdependência das florestas plantadas com a fauna silvestre. *Série Técnica IPEF*, Piracicaba (SP), v. 10, n. 29, p. 36-44, 1996.
- BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, Balsas e Balseiros no Rio Uruguai - 1917-1950*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1991.
- CABRAL, D. C.; BUSTAMANTE, A. G. *Metamorfoses florestais: culturas, ecologias e as transformações históricas da Mata Atlântica*. Curitiba: Prismas, 2016.
- CARBONERA, Mirian *et al.* *Chapecó 100 anos*. Chapecó (SC): Argos, 2018.
- DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FLORIANI, Guilherme dos Santos. *História Florestal e Sócio-Lógica do uso do solo na Região dos Campos de Lages no século XX*. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências do Solo) - Centro de Ciências Agroveterinárias, Universidade do Estado de Santa Catarina, Lages (SC).
- GIULIETTI, Ana Maria *et al.* Biodiversidade e conservação das plantas no Brasil. *Megadiversidade*, v. 1, n. 1, jul. 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Biomassas e sistemas costeiro-marinho do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.
- KLEIN, Herbert S; LUNA, Francisco Vidal. *Alimentando o mundo: o surgimento da moderna economia agrícola no Brasil*. Rio de Janeiro; São Paulo: FGV Ed.; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2020.
- LIMA, Walter de Paula. *Impacto Ambiental do Eucalipto*. São Paulo: EdUSP, 1993.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2010.
- MORETTO, S. P.; NODARI, E. S.; KLAUCK, A. G. Degradação Silenciosa: a plantação de árvores exóticas no Parque do Rio Vermelho. In: NODARI, Eunice Sueli; LOPES, Alfredo Ricardo Silva; ESPÍNDOLA, Marcos Aurélio (Orgs.). *Desastres Socioambientais em Santa Catarina*. Vol. 1. São Leopoldo: Oikos, 2015.
- MORETTO, Samira Peruchi. *Remontando a floresta: a implementação do Pinus e as práticas de reflorestamento na região de Lages (1960-1990)*. 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MORETTO, Samira Peruchi; BRANDT, Marlon. Das pequenas produções à agroindústria: suinocultura e transformações na paisagem rural em Chapecó, SC. *Tempo e Argumento*, v. 11, p. 229-254, 2019.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá; REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo. *A ditadura que mudou o Brasil - 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.
- NODARI, Eunice Sueli. "Mata Branca": o uso do machado, do fogo e da motosserra na alteração da paisagem de Santa Catarina. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (Orgs.). *História Ambiental e Migrações*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2012.
- NODARI, Eunice Sueli. As florestas do sul do Brasil: entre discursos de preservação e ações de devastação. In: FRANCO, José Luiz de Andrade *et al.* (Orgs.). *História Ambiental: fronteiras, recursos naturais e conservação da natureza*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

- NODARI, Eunice; CARVALHO, Miguel M. X.; ZARTH, Paulo Afonso (Orgs.). *Fronteiras fluidas: florestas com araucárias na América Meridional*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2018.
- OLIVEIRA, R. R. As marcas do homem na floresta: História Ambiental de um trecho urbano de Mata Atlântica. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2005.
- PARKER, I. M *et al.* Impact: toward a framework for understanding the ecological effects of invaders. *Biological Invasions*, n. 1, p. 3-19, 1999.
- Pinhal. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, jan.-mar. 1942. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1942_v4_n1.pdf. Acesso em: jan. 2018.
- Revisão da reserva da biosfera de Mata Atlântica – Fase VI/2008. Parte 3: Detalhamento da proposta por Região e Estados. SANTA CATARINA. Publicado em: [S. d.]. Disponível em: http://www.rbma.org.br/rbma/rbma_fase_vi_06_estados_sc.asp Acesso em: 4 set. 2020.
- SALINI, Ademir Miguel. *Colonização e meio ambiente: a transformação da paisagem do oeste catarinense (1930 a 1970)*. 2018. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó (SC).
- Silvicultura. (Verbete). *Portal Biossistemas*. (Site). Disponível em: <http://www.usp.br/portalbiossistemas/?p=7927>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- TEIXEIRA, Althen Filho. *Eucaliptais*. Qual Rio Grande do Sul desejamos? Pelotas, RS: Design Editorial Valder Valeirão, 2008.
- VIBRANS, Alexandre Christian *et al.* Extensão original e atual da cobertura florestal de Santa Catarina. In: VIBRANS, Alexandre Christian *et al.* (Eds.). *Diversidade e conservação dos remanescentes florestais*. Vol. 1. Blumenau, SC: Edifurb, 2012.
- WORSTER, D. Para fazer história ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

